

## **A Participação da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo no Modelo de Desenvolvimento do Estado nos Anos de 1960 e 1970**

**João Gualberto Moreira Vasconcellos e Jamila Rainha**

### **Resumo**

O objetivo do presente trabalho é identificar o papel da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) na construção do modelo de desenvolvimento adotado pelo estado do Espírito Santo na segunda metade do século XX. O processo histórico de articulação de interesse entre Estado e empresariado no Espírito Santo não segue a mesma lógica do que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois não houve, no Espírito Santo, a formação de um modelo dual de representação, tampouco a organização dos industriais foi fruto de surtos de industrialização. Com isso, uma entidade do sistema corporativista, a Findes, tornou-se a única representante dos interesses industriais no estado e não encontrou concorrência no acesso ao governo. Pelo contrário, a Findes participou ativamente da formulação do plano de desenvolvimento que norteou o desenvolvimento do Espírito Santo ao fornecer suporte técnico e econômico aos governantes do estado nas décadas de 1960 e 1970.

### **Palavras-chave**

Espírito Santo. Findes. Industrialização. Empresariado. Representação de Interesses.

### **Abstract**

The objective of this study is to identify the role of the Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) in the model of development adopted by the state of Espírito Santo in the second half of the twentieth century. The historical process of lobbying in Espírito Santo does not follow the same logic to what happened in Rio de Janeiro and São Paulo, because there was not in Espírito Santo the formation of a dual model of representation nor was the industrialists' organization the result of outbreaks of industrialization. Therefore, an entity of the corporatist system, the Findes, became the sole representative of industrial interests in the state and found no competition in access to government. Rather, Findes actively participated in the formulation

of the development plan that guided the development of Espírito Santo to provide economic and technical support to the state governments in the 1960s and 1970s.

**Keywords** Espírito Santo. Findes. Industrialization. Business. Lobbying.

## INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico do estado não foge ao modelo brasileiro no que tange ao papel do poder público como indutor do desenvolvimento econômico. De antemão, sabe-se que, só no final do século XIX, o Espírito Santo encontrou uma atividade econômica capaz de amparar minimamente as finanças do estado (BITTENCOURT, 2006). Nesse período, a atividade cafeeira, a qual estava bem desenvolvida no norte fluminense, expandiu-se para os estados de São Paulo e Espírito Santo. O café foi a mola propulsora do desenvolvimento desses dois estados, mas as bases desse desenvolvimento foram bem diferentes, senão opostas.

Em linhas gerais, enquanto em São Paulo, com o decorrer dos anos, o excedente da produção de café foi destinado à indústria, com o conseqüente deslocamento e transformação da elite cafeeira em uma elite industrial e urbana, no Espírito Santo, a elite agroexportadora não teve essa capacidade de renovação e diversificação dos negócios, o que, por sua vez, manteve a economia do estado baseada na monocultura do café por quase um século (CAMPOS Jr., 1996).

Quando, na década de 30, Vargas criou a estrutura corporativista de representação de interesses com a intenção de incorporar as classes emergentes (empregadores e trabalhadores) ao sistema político de forma a facilitar o controle do Estado, o Espírito Santo estava muito distante desse processo de urbanização e industrialização, o qual era visível no Rio de Janeiro e em São Paulo. Logo, essas classes tipicamente urbanas não compunham o cenário político e econômico do estado.

Apenas na década seguinte, as diretrizes centrais do governo Vargas, voltadas para o desenvolvimento e a modernização da economia, chegaram ao estado do Espírito Santo, através da instalação, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da concepção industrializante do interventor Jones Santos Neves (1943-45). Entretanto, não fora o suficiente. Os interesses agroexportadores continuaram dominando a cena política capixaba até a década de 1950, quando houve o endurecimento da política de erradicação do café. Por isso, é difícil pensar numa elite industrial minimamente representativa no Espírito Santo antes da década de 60. Daí em diante, o Espírito Santo sofreu bruscas transformações econômicas em direção à industrialização, num processo marcado pela forte interferência do Estado.

O objetivo do presente trabalho é identificar o papel da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) na construção do modelo de desenvolvimento adotado pelo estado do Espírito Santo na segunda metade do século XX. O texto está dividido da seguinte forma: a seção seguinte discorre, para efeito de comparação, sobre a constituição de um modelo de representação de interesses dual que prevaleceu no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tal análise permite identificar especificidades no processo de constituição da estrutura de representação de interesse e o peso que as entidades corporativistas tiveram na estrutura de representação no Espírito Santo. A terceira seção atém-se ao processo de formação e consolidação da principal entidade de representação de interesses empresariais no Espírito Santo no século XX, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. A quarta seção detalha a participação da Findes como indutora de um modelo de desenvolvimento voltado à industrialização. Por fim, tem-se as considerações finais.

## **A ESTRUTURA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES: O ESPÍRITO SANTO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

Segundo Leopoldi (2000), a emergência e a consolidação do processo industrial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo estiveram vinculadas ao processo de formação da identidade de classe dos industriais naqueles estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, já no final do século XIX, o crescimento industrial esteve nitidamente relacionado com o processo de organização dos industriais em associações de classes em busca de pressionar o Congresso e os órgãos de Estado responsáveis pela política tarifária, num movimento circular, no qual o crescimento industrial estimulou a organização dos industriais e essa organização, por sua vez, impulsionou novos surtos industriais.

Já no Espírito Santo, esse movimento de organização dos interesses industriais não partiu do crescimento industrial. O processo tardio de industrialização do estado tem nítida conexão com o também tardio processo de formação de entidades de defesa dos interesses industriais. Enquanto no Rio de Janeiro a indústria começava a dar passos mais firmes, o Espírito Santo iniciava, por volta de 1860, através da implantação e desenvolvimento da cafeicultura, seu primeiro ciclo econômico concomitantemente com a ocupação do território.

Na metade do século XX, a industrialização do Espírito Santo ainda era incipiente. Não havia setores suficientemente fortes e estruturados que possibilitassem a formação de associações setoriais para defesa dos interesses como ocorreu, por exemplo, com o setor têxtil no Rio de Janeiro e em São Paulo, o qual se organizou em torno do Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA-RJ/1902) e o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP/1919). A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo foi criada com o intuito de fomentar a industrialização e não como resultado de um processo de organização de entidades industriais. Além disso, a criação da entidade ocorreu num período no qual o sistema de representação corporativista no Brasil já estava consolidado, diferentemente do eixo Rio de Janeiro-sul de Minas Gerais (mais precisamente Juiz de Fora) e São Paulo.

Nesses estados, a formação de entidades de defesa dos interesses industriais surgiu antes da estruturação do sistema corporativista implantado por Vargas. As primeiras associações industriais tiveram caráter efêmero, mas desempenharam um importante papel em defesa da indústria num contexto de amplo predomínio dos interesses agroexportadores e propiciaram ainda a formação de novas lideranças. A primeira entidade de caráter permanente organizada pelos industriais sem a interferência estatal foi o Centro Industrial Brasileiro (CIB), em 1904. Sua criação foi motivada pela defesa da tarifa protecionista, mas também não se pode esquecer que a conjuntura de greves e manifestações operárias foi, historicamente, um fator motivador da organização de entidades patronais. A década de 1920, apesar de ser um momento de crise industrial, foi também um período de construção da identidade das associações da indústria.

Quando Getúlio Vargas chegou ao poder, encontrou os industriais organizados em associações setoriais e regionais nos principais centros industriais brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora e Rio Grande do Sul. O modelo associativo que os industriais haviam adotado supunha: a) uso de entidades privadas; b) intensa colaboração com os poderes públicos; c) estrutura corporativa privada, formada pelas associações setoriais que, por sua vez, se uniam num centro industrial regional de caráter abrangente e misto. (LEOPOLDI, 2000, p. 75)

No entanto, a burocracia estatal do governo de Vargas, representada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, planejava outro modelo de organização sindical. A sindicalização patronal e de trabalhadores previa a formação de associações de classe vinculadas ao governo no âmbito local, denominadas sindicatos, no âmbito estadual, denominadas federações, e no âmbito nacional, denominadas confederações. “Os anos 1930 foram assim um período de medição de forças entre o Estado e as associações de indústria, no que concerne à regulamentação da sua organização sindical.” (*ibidem*, p, 75).

Leopoldi (2000) defende a tese de que houve continuidade no processo de organização do setor industrial e não submissão do setor às imposições do governo. Sob essa perspectiva, os industriais adaptaram seu modelo organizativo àquele planejado pelo governo. Os industriais não aceitaram passivamente o novo modelo, uma vez que, entre outras reivindicações, pressionaram o governo para diferenciar os sindicatos operários dos patronais. O êxito nessa campanha consagrou padrões diferentes de conexão com o Estado (DINIZ, 1996). As entidades industriais passaram ao *status* de órgãos consultivos do governo. A maior facilidade de acesso ao Estado, especialmente numa conjuntura delicada para a indústria, foi, inclusive, o principal argumento do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) para se sindicalizar e atrair novos sócios.

Assim, em São Paulo, a entidade privada Ciesp transformou-se em Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No Rio de Janeiro, o CIB foi substituído pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firj) e, em 1938, a Confederação Industrial do Brasil, que congregava várias entidades regionais da indústria, incorporou-se ao sistema oficial,

formando a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Contudo, um ano antes, em 1937, a Fiesp, sob a orientação de Roberto Simonsen, preocupado em manter a entidade privada da indústria para garantir a sua representatividade caso o governo desmantelasse o sistema oficial, desdobrou-se em duas entidades: a Federação das Indústrias Paulistas (Fip), a qual se manteve como órgão oficial, e a Fiesp, de caráter privado (LEOPOLDI, 2000).

Com isso, a representação dos interesses dos industriais constitui-se com um caráter de duplicidade, ou seja, organizações sem ligação estatal e também organizações oficiais. Essa duplicidade tinha sido permitida pela legislação sindical de 1934. Em 1939, o governo tentou retroceder para um modelo de unicidade sindical, mas sofreu uma ofensiva dos industriais, principalmente da CNI e da Fiesp. De modo geral, as reivindicações das entidades privadas e oficiais dos industriais foram atendidas pela burocracia estatal. As associações privadas não só foram mantidas, como ganharam o *status* de órgãos técnicos e consultivos do governo, antes só conferido às entidades de representação oficial. O controle governamental sobre o sindicalismo dos trabalhadores foi mantido, mas, em relação às entidades patronais, foi concedida liberdade para se organizar em entidades privadas (LEOPOLDI, 2000).

A duplicidade de representação em entidades privadas e oficiais, “que parecia uma estratégia defensiva num ambiente de incerteza sobre a política de sindicalização dos anos 30, tornou-se um poderoso instrumento do setor industrial, especialmente a partir dos anos 50” (*ibid*, p. 81). A década de 1950 é marcada pela formação de associações setoriais paralelas – tais como a Abidib (Associação Brasileira da Indústria de Base) e a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que tiveram importante papel nos grupos executivos do último governo Vargas e do Governo Kubitschek – e também pela reativação dos Centros Industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que mobilizaram empresários “arrecadando recursos para viabilizar políticas no Congresso através de *lobby* e financiamento de campanhas eleitorais” (LEOPOLDI, 2000, p. 89).

As associações paralelas transformaram o sistema corporativista piramidal (sindicatos, federações e confederações), mas não o extinguiu. O regime militar fragilizou o sistema corporativo, seja pela interferência realizada na CNI em 1964, seja pela adoção de um modelo de política econômica formulado por tecnocratas em gabinetes. Para Leopoldi (2000, p.67), a década de 60 “corresponde a um momento de reestruturação interna (em âmbito regional) e desestruturação (no âmbito da CNI)”. O caso do Espírito Santo reforça esse argumento, uma vez que a estruturação da Findes ocorreu no final da década de 50, tendo na década seguinte forte atuação.

A trajetória da representação empresarial traçada por Leopoldi (2000) expõe que o processo de industrialização nos estados não esteve descolado do processo de organização de entidades de classes. O Estado do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi o precursor desse movimento e os setores industriais mais fortes tinham preponderância nas entidades de representação. Em São Paulo, a indústria foi impulsionada pela cafeicultura, pelos grupos importadores e pelas casas bancárias. Assim, com interesses convergentes, industriais e comerciantes se juntaram num primeiro momento para defender seus interesses na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), fundada em 1894. A organização em defesa dos interesses dos

industriais nesses estados surgiu, portanto, antes da consolidação do sistema corporativo de representação implantado por Vargas. Dessa forma, a despeito da fragilidade da burguesia industrial em meio a uma economia predominantemente agroexportadora, quando Vargas desenhou um novo modelo de sindicalismo, os industriais se encontravam organizados e conseguiram concessões do governo, de modo a adaptarem o modelo organizativo existente àquele desejado pelo governo, além de obterem privilégios não concedidos aos trabalhadores.

A estrutura sindical implantada por Vargas (após algumas reformulações das quais participaram os próprios industriais) serviu aos interesses dos industriais que perceberam a possibilidade de acesso ao Estado que tanto desejavam. Embora nunca tenha abandonado a estrutura sindical (pelo contrário, no caso da Assembleia Constituinte de 1988, a defendeu), o empresariado de forma geral, e não apenas o industrial, soube muito bem se aproveitar da estrutura de representação dual, reativando as entidades privadas em momentos oportunos, tal como no período do regime militar.

No Espírito Santo, ao contrário do que aconteceu em São Paulo e Rio de Janeiro, não houve um setor industrial de grande porte com empresas e empresários suficientes para se organizarem em torno de uma entidade de caráter privado. Como no período que precedeu a institucionalização do sistema de representação corporativista, os setores industriais encontravam-se em estágio formativo no Espírito Santo, esses não formaram entidades setoriais. A única entidade que surgiu antes dos anos 1930, a Associação Comercial de Vitória (ACV), estava ligada aos interesses comerciais e não resistiu ao processo de sindicalização (SANTOS, 2011).

Com a constituição de um sistema de representação oficial, sem entidades privadas, o empresariado estadual não se resguardou das incertezas de possíveis interferências do poder público em suas entidades, tampouco contou com o “poderoso instrumento” que poderiam ser as entidades privadas de representação em momentos de crise. Por outro lado, a Findes, sendo praticamente a única representante dos interesses industriais, não encontrou concorrência no acesso ao governo do Estado.

## **O SURGIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA FINDES**

Em 1950, praticamente duas décadas após a implantação de um modelo corporativo de representação no Brasil, o Espírito Santo não sediava nenhuma das 39 federações de sindicatos de empregadores (IBGE, Estatísticas do Séc. XX *apud* SANTOS, 2011), uma situação prejudicial para o estado, já que a existência das federações era imprescindível para atrair determinados recursos federais, além de facilitar o acesso dos empresários capixabas às decisões nacionais. Contudo, para constituir uma federação, a lei que regulamentava a constituição das entidades sindicais exigia um número mínimo de cinco sindicatos representantes de atividades ligadas ao setor, e, como mostra os dados do IBGE, a sindicalização patronal no estado era precária.

Além do baixo grau de desenvolvimento industrial, não existia no Espírito Santo, outro elemento essencial para pressionar a criação de associações patronais: a organização dos

trabalhadores. Nos grandes centros urbanos<sup>1</sup>, a crescente mobilização dos trabalhadores exigia como resposta a organização de entidades patronais. O Espírito Santo era um estado rural, sem grande massa urbana, sem indústrias para empregar, logo, não havia sequer trabalhadores urbanos para se mobilizarem, o que, por sua vez, não funcionou como elemento de pressão à organização dos empregadores. O encadeamento óbvio dos fatos não teve como consequência o simples adiamento da organização política dos empresários. A ausência dos trabalhadores no processo alterou a dinâmica das relações de forças.

Diferentemente da maioria dos casos, onde o empresariado se constitui em meio aos trabalhadores e ao Estado, no Espírito Santo, o empresariado, sem a necessidade de medir forças com os trabalhadores, voltou-se basicamente para a defesa de seus interesses junto ao governo estadual. Como resultado desse processo, o empresariado não só concentrou esforços como também encontrou um Estado não dividido entre forças sociais opostas e aberto às demandas privadas. Tal fato moldaria o caráter da relação Estado-empresariado, tornando-os mais próximos e facilitando a justaposição de interesses públicos e privados.

O Executivo no Espírito Santo funcionou como indutor da ação coletiva do empresariado. A proximidade entre governantes e empresários foi personificada por Jones dos Santos Neves e Américo Buaid e prosseguiu em governos ligados ao mesmo grupo político. Jones dos Santos Neves havia sido interventor do estado entre 1943 e 1945, período no qual esboçou políticas de estímulo à industrialização, voltadas para a criação de condições estruturais, tal como o Plano de Eletrificação. Foi o esboço de um projeto mais amplo de desenvolvimento e modernização que seria tocado por Carlos Lindenberg (1947-1950 e 1959-1962) e pelo próprio Jones dos Santos Neves na administração 1951-1954, ambos do PSD (Partido Social Democrático). Concomitante à emergência dessas lideranças políticas, Américo Buaid despontou como uma liderança empresarial que via na organização política dos empresários e na atuação sindical uma forma de melhorar as condições para os negócios no estado. Américo Buaid, com o apoio do governador Jones dos Santos Neves, fundou a primeira federação do Espírito Santo.

Preocupado com a legitimação política de seu governo e com a formação e a constituição de apoios políticos modernos, mais consistentes, ao projeto modernizante que ele e Lindenberg estavam tentando implantar, Jones viu na **emergência de um empresariado ativo** e bem-organizado **uma base em que aquele projeto** também poderia se apoiar. (SANTOS, 2011, p. 112, grifo nosso)

No dia 7 de janeiro de 1954, reunindo sete sindicatos patronais, a Fecomércio tornou-se a primeira federação em solo capixaba. Porém, o feito não resolveria a defasagem de representação patronal de que padecia o estado, nem representaria grandes avanços no processo de industrialização. Isso só aconteceria com a criação da Federação das Indústrias do Espírito Santo em 12 de fevereiro de 1958 (RIBEIRO, 2010; GURGEL, 1988).

Neste ínterim, governou o estado Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), o qual não tinha preocupações com a modernização das estruturas econômicas e sociais da sociedade capixaba e realizou um governo na contramão da modernização administrativa e econômica (ZORZAL E SILVA, 1995; VASCONCELLOS e *et al.*, 2010). Portanto, a “sinergia que se

divisara entre um governo regional reformista e modernizador, mas austero, e um movimento empresarial incipiente, mas disposto a apoiar essa linha (...) interrompeu-se” (SANTOS, 2011, p. 115). O reconhecimento oficial da Findes ocorreu no último ano da primeira administração de Lacerda de Aguiar, porém, “a Findes só iniciaria sua participação efetiva nos rumos da política econômica do Espírito Santo no governo de Carlos Lindenberg (1959-1962)” (RIBEIRO, 2010)<sup>2</sup>.

Quatro anos após a fundação da Fecomércio, a situação industrial no Espírito Santo não havia se alterado substancialmente, tanto que a criação da Findes dependeu da iniciativa do mesmo Américo Buaziz que fundara a Fecomércio. Não existia no estado sindicatos suficientes para a criação da entidade de grau superior ligada à indústria. Para formar uma federação eram necessários cinco sindicatos, sendo que cada sindicato precisava ter 12 firmas filiadas. Américo arregimentou entre seus companheiros do Lions Club e da Federação do Comércio membros para compor os sindicatos.

Conseguimos formar a Federação das Indústrias, constituí-la. Pode-se verificar isso no livro de constituição, que eu classifico de “alguns gatos pingados”, mas de homens de muita fibra e muito bem-intencionados. Constituímos lá a primeira diretoria. As pessoas eram ligadas a mim. Verificamos isso se procurarmos anais do *Lions Club*, que quase todas as pessoas que fizeram parte desse movimento foram pessoas que estavam no *Lions*, tanto da Federação do Comércio como da Indústria. Eram pessoas muito motivadas para elevar o grau de cultura, de capacidade econômica, de representatividade na Federação Brasileira, muitas voltadas para dar ao Espírito Santo um lugar de destaque (BUAIZ, Américo. Indústria Capixaba, nº 236, 1988, p. 8 *apud* SANTOS, 2011, p. 128).

Os primeiros sindicatos foram: da Indústria, Torrefação e Moagem de Café; da Indústria da Construção Civil; da Indústria Mecânica; da Indústria de Panificação e Confeitaria, Massas Alimentícias e Biscoitos e; da Indústria de Serraria e Carpintaria. No entanto, nem mesmo o setor mais desenvolvido e numeroso da indústria capixaba havia se organizado e, para a criação do Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem de Café, várias empresas foram convidadas a se filiarem com a finalidade de completar o número mínimo necessário à formação de um sindicato. Já as empresas que compunham o Sindicato da Indústria Mecânica, como admitiu Américo Buaziz, primeiro presidente do sindicato, não passavam de simples oficinas mecânicas (RIBEIRO, 2010).

Outro sindicato que fez parte da fundação da Findes, o Sindicato da Construção Civil, também não passava de “um arquivo de quatro gavetas”, nas palavras do segundo presidente da Findes, Jones dos Santos Neves Filho (Indústria Capixaba, nº 236, 1988:9-10 *apud* SANTOS, 2011, p.119). Isso prova que alguns desses sindicatos foram de fato “fabricados” (SANTOS, 2011). A precariedade do sindicalismo patronal no Espírito Santo era tanto que em 1968, dez anos após sua fundação, a Findes tinha ainda o número mínimo de sindicatos filiados. Américo Buaziz afirmou que,

Naquela altura, não estava muito preocupado em saber se Buaziz tinha indústria mecânica, se o outro que estava lá no Sindicato de Torrefação de Café estava perfeitamente aparelhado. Tínhamos interesse em ter homens capazes



de suportar esse período inicial, para depois, então, colocar juridicamente ou legalmente as coisas em ordem, e foi o que ocorreu (Indústria Capixaba, nº 236, 1988, p. 8 *apud* SANTOS, 2011, p.119)

Percebe-se que o processo de formação das entidades patronais no Espírito Santo foi bem diferente do que ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde a força do setor industrial estava, entre outros fatores, no grau de organização de suas entidades. Nesses estados, como descreveu Leopoldi (2000), o empresariado adequou o modelo de representação pré-existente ao sistema corporativista, sabendo tirar proveito do acesso ao Estado que tal modelo proporcionava, mas se resguardou de possíveis intervenções do Estado mantendo as entidades privadas de representação. Nesse sentido, pluralismo e corporativismo se combinaram. No Espírito Santo, o sistema corporativista não esteve combinado com entidades autônomas de representação de interesses. A formação das entidades patronais foi um processo “forçado” por algumas poucas lideranças, já que não havia grupos sociais representativos (em termos quantitativos e de volume de capital) para compor entidades desvinculadas do poder público.

Daí surge um paradoxo: a criação da Findes por “alguns poucos gatos pingados”, os mesmo que compunham a entidade até 1968, contradiz a relevância da entidade no primeiro decênio de atuação.

Mas como explicar, então, plausivelmente, a discrepância que se apresenta diante de nós entre a avaliação histórica que se faz da importância inicial da Findes e a modéstia da base social de que partiu e se formou? Ou seja, já que ela **não era representativa de um poderoso setor industrial cujos interesses estivessem claramente definidos, pugnando pela sua expansão em detrimento de outros setores**, como explicar então a grande importância histórica que a nova entidade teve naquele contexto? (SANTOS, 2011, p. 119, grifo nosso)

A grave crise econômica pela qual passava o estado naquele momento histórico é a chave para compreender esse dilema.

A fundação da Findes no começo de 1958 e **sua influente atuação** nos anos seguintes **eram fatos sociais novos** na história da organização sindical do empresariado capixaba [...] Mas ele estava ocorrendo, não por acaso, num momento muito importante da **história econômica, social e política do Espírito Santo que muito condicionou sua atuação** (SANTOS, 2011, p. 120, grifo nosso)

Por crise econômica, entenda-se, crise da cafeicultura, dada a extrema dependência em relação ao produto e à frágil situação das empresas locais. Isso significa que a Findes começou a atuar num contexto de crise econômica e conseqüente crise social, marcada pelo êxodo rural, ausência de uma atividade econômica capaz de absorver a mão de obra (substituição da produção cafeeira pela pecuária) e adensamento da população urbana.

A crise econômica abriu espaço para que interesses industriais emergissem na sociedade capixaba e o contexto político, em especial a relação que o empresariado estabeleceu com o Estado, foi decisivo para definir os rumos da atuação da Findes. Essa conjuntura esclarece

a importância histórica da Findes, já que a entidade não era representativa de um poderoso setor industrial cujos interesses estivessem claramente definidos.

De fato, a política de erradicação do café adotada pelo governo federal sacudiu a elite econômica e política estadual, as quais, apesar de sofrerem com crises anteriores decorrentes das oscilações do preço do café, insistiam na monocultura de exportação<sup>3</sup>. Cientes de que não se tratava de mais uma simples crise externa com rebatimentos no estado, o momento exigia ousadia o que significou busca pela diversificação econômica por meio da atuação conjunta da Findes com o governo de Carlos Lindenberg (1959-1962) e de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970). De fato, a Findes funcionou como um órgão técnico e consultivo desses governos em busca de uma modelo de desenvolvimento voltado para a industrialização do Espírito Santo.

## **A FINDES E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPÍRITO SANTO**

A campanha eleitoral de 1958 coincidiu com o ano em que a Findes foi criada e formalizada. Apesar de ter se constituído no início de 1958, a atuação da Findes tornou-se efetiva somente três meses após a posse de Lindenberg, em fevereiro de 1959. Entretanto, não se pode dizer que o chefe do Executivo Estadual, naqueles primeiros anos de constituição da Findes, fosse um legítimo representante das forças menos conservadoras do Estado. Pelo contrário, Carlos Lindenberg, de família tradicional da elite cafeeira do sul do Estado, propunha em campanha uma ação governamental voltada tanto para o setor agrícola como para o industrial, coerente com sua crença de que a industrialização no Brasil deveria estar intimamente ligada ao desenvolvimento agrícola. As indústrias e a própria concepção de industrialização não eram muito influentes no Espírito Santo e nem eram o eixo principal de desenvolvimento pensado por Lindenberg, mas também não era um assunto periférico, haja vista que estava em pauta como uma forma de desenvolvimento da agricultura (ZORZAL E SILVA, 1995; VASCONCELLOS, 1995).

No entanto, a dinâmica das transformações que se processava em nível nacional e os impactos produzidos pela ideologia desenvolvimentista<sup>4</sup>, articulados com a organização corporativa, representada pela Findes, buscou inserir a economia estadual ao processo de desenvolvimento industrial nacional.

Assim, apesar do reduzido setor industrial existente nessa época, configurou-se um núcleo de forças políticas identificadas com o projeto de industrialização acelerada, a nível nacional, as quais passaram a buscar formas de inserir o Espírito Santo em tal processo. Essas forças se agregavam em torno da recém criada Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, e através desse canal corporativo, articularam meios de dinamizar o ritmo lento da industrialização capixaba. Isso porque, como se verá, **nesse momento nasce a nível de concepção ideológica o projeto de desenvolvimento sócio-econômico para o Espírito Santo, que consolidar-se-ia nos anos 70/80.** (ZORZAL E SILVA, 1995, p. 359, grifo do autor)

O reordenamento econômico nacional decorrente da erradicação dos cafezais e da concepção de desenvolvimento calcado na industrialização inviabilizou a ideia inicial de Lindenberg de conciliar o desenvolvimento agrícola com o industrial e foi muito bem aproveitado pelo grupo que compunha a Findes. A crise cafeeira revelou que as elites políticas ligadas ao setor perdiam força e, percebendo isso, “as forças políticas espírito-santenses, notadamente mais conservadoras [...] passaram a lutar pela modernização da economia estadual e por sua inserção no contexto nacional como uma estratégia de ‘sobrevivência’” (*ibidem*, p. 378). Embora o líder do Executivo não tivesse propriamente um ideal modernizante (não tanto quanto Jones pelo menos)<sup>5</sup>, o fato é que se aliar à Findes dava novo fôlego a seu governo.

A importância do governo de Lindenberg para a Findes pode ser sintetizada na frase de Américo Buaid: “Nós fomos governo durante algum tempo com Carlos Lindenberg.” (GURGEL, 1988, p. 23). Nessa linha de pensamento, pode-se concluir que o alinhamento do Governo de Lindenberg com a Findes foi uma estratégia de “sobrevivência” para o governo, mas que, por outro lado, também foi fundamental para que os interesses expressos pela Findes se consolidassem.

A organização e definição dos rumos da atuação da Findes ocorreram de forma a promover a entidade como um órgão auxiliar do poder público no que tange aos problemas relativos à indústria. Para esse propósito, a Findes criou um Conselho Técnico “que reunia o que talvez houvesse de melhor na ‘inteligência’ **técnica do Espírito Santo naquele momento.**” (A Gazeta, 22-05-1959, p. 6 *apud* SANTOS, 2011, p. 130).

Já na segunda reunião do Conselho Técnico, o objetivo da entidade em atuar junto com o governo ficou evidente. Essa reunião teve como convidado especial Carlos Fernando Lindenberg Filho, filho de Lindenberg e membro do governo, o qual, segundo o Jornal A Gazeta, “levou ao conhecimento dos conselheiros os diversos aspectos da atuação do governo no sentido de ampliar o desenvolvimento industrial do estado, propiciando novos campos de atuação para grupos imigratórios e localização de indústrias estrangeiras em nosso estado”. (A Gazeta, 20-06-1959, p. 2 *apud* SANTOS, 2011, p. 131).

A sinergia entre a nova entidade de representação dos empresários capixabas, a Findes e as lideranças políticas intensificou o rumo da industrialização. Com a ampliação do leque de articulação através do canal corporativo representado pela Findes, conseguiram, por exemplo, que a sede da CVRD fosse transferida para Vitória, com isso, a empresa passou a investir mais no estado.

O Conselho Técnico da Findes, através do Seminário Pró-Desenvolvimento do Espírito Santo, realizado com o apoio técnico da CNI e apoio político do governo Lindenberg, produziu um mapeamento geoeconômico e social do estado. Esse primeiro diagnóstico completo do Espírito Santo deu embasamento ao planejamento governamental. É interessante notar que a atividade de planejamento iniciou-se de forma exógena ao Estado (organizado pela Findes), sendo posteriormente incorporada à estrutura administrativa estatal (ZORZAL E SILVA, 1995).

O diagnóstico realizado pelo Seminário de Pró-Desenvolvimento do Espírito Santo, na

prática, transformou-se no planejamento de governo, o qual, sem a contribuição da Findes, não teria capacidade técnica para realizá-lo. Isso forneceu as bases para a transformação do perfil socioeconômico do estado segundo os interesses do grupo que o organizou. O Seminário não só apontou medidas objetivas a serem tomadas, tais como, obter ajuda do governo federal, incentivar a industrialização, investir em energia elétrica, criar áreas industriais e leis de incentivo à indústria, mas também estimulou uma mentalidade desenvolvimentista. Antes mesmo de finalizar o Seminário, o governador promoveu mudanças na administração do estado para adequá-la aos novos princípios. Com isso, foi criado, em 1960, o Grupo de Trabalho (GT) para estudar o desenvolvimento econômico do estado, com participação da Findes (GURGEL, 1988).

[O GT seria uma] assessoria que lhe permita mais convenientemente fixar prioridades para etapas de execução, programação e projeção, providências que exigem uma série de medidas de coordenação e mobilização de fatores e colaboração **que não se encontram somente nos limites dos quadros dos servidores do Estado** (A Gazeta, 20-10-60, p. 3 *apud* SANTOS, 2011, p. 183, grifo nosso).

A criação do GT não foi exatamente uma ideia inovadora, já que no Brasil a criação de conselhos, comissões técnicas e grupos de trabalhos estavam se popularizando desde a criação do sistema corporativo. Todavia, no Espírito Santo, a prática era nova e, como previa o governador, funcionou como uma assistência direta de planejamento e execução da política econômica. Sem entrar em outras incumbências do GT, o resultado mais impactante de sua atuação foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico – Codec<sup>6</sup>.

O Codec, exercendo o papel de uma Secretaria de Planejamento, institucionalizou a participação dos grupos que compunham o GT na política econômica estadual. Espaço conquistado graças às pressões da Findes. Uma das primeiras atividades do Codec foi a realização do Plano de Desenvolvimento Trienal, esse plano resumia os objetivos defendidos no triênio 1961-1963 e seria entregue para o governo federal, no encontro com os governadores marcado para outubro de 1961. Porém, a renúncia de Jânio Quadros, seguida da grave crise política que marcou o Brasil e levou ao rompimento com a democracia, inviabilizou a ajuda federal naquele momento.

Em âmbito estadual, o resultado do pleito de 1962 não foi favorável ao grupo político que estava no poder. A derrota eleitoral do PSD (partido de Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves) adiou a execução do plano de investimentos traçado no decorrer do governo Lindenberg. Com a volta ao poder de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1965), o foco deixou de ser a indústria. A Findes perdeu o espaço que tinha no governo Lindenberg para a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares).

O plano de modernização do Espírito Santo só seria retomado no governo de Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1970) primeiro governo do período militar. O golpe militar de 1964 não teve rebatimentos imediatos na política estadual, Lacerda de Aguiar foi mantido no posto devido a articulações. No entanto, não conseguiu se manter até o final do mandato. Escândalos de corrupção, forte oposição dos grupos políticos opositores ao governador

(alinhados com os militares), somado às características populistas de governador também conhecido como Chiquinho, muito distante dos objetivos desenvolvimentistas dos militares, tornaram o governador um estorvo para o novo regime que se instaurou no Brasil. Por pressão dos militares, Lacerda de Aguiar foi forçado a renunciar, passando o governo para o vice Rubens Rangel.

No segundo semestre de 1966, já com o estado nas mãos de Rubens Rangel, a candidatura de Christiano foi homologada pelo presidente Castelo Branco, sendo, em seguida, diplomado pela Assembleia. Christiano Dias Lopes só assumiria oficialmente o governo do estado em janeiro de 1967. Contudo, tão logo foi confirmado no cargo, começou a articular, com a anuência de Rubens Rangel, os rumos do quadriênio seguinte.

Christiano Dias Lopes havia se constituído politicamente dentro do PSD, pertencera à Ala Moça do partido e fora chefe de gabinete do governo Jones Santos Neves (1951-1954), deputado por três mandatos e líder do governo durante o quadriênio de Lindenberg. Portanto, estava entre as lideranças políticas aliadas à Findes e partilhava das convicções desenvolvimentistas. Ciente de que assumiria em meio à grave crise econômica gradativamente aprofundada pela erradicação dos cafezais, Christiano Dias Lopes, ainda em 1966, articulou junto à Findes um novo diagnóstico que atualizasse os anteriores e subsidiasse seu planejamento de governo. Assim,

antes de tomar posse, já estava nas mãos de Christiano o 'Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo' e outros estudos sobre a reforma administrativa, elaborados pelo Instituto para o Desenvolvimento Social e Econômico (Ined), também custeados pela Findes. (VACONCELLOS *et al.*, 2010, p. 165).

A atuação da Findes foi intensa durante o governo de Christiano Dias Lopes, até porque a conjuntura econômica (decadência da economia cafeeira) favorecia. Como o objetivo central do Seminário realizado em 1959 era a obtenção de recursos federais, transformando o Espírito Santo numa "pequena Sudene", não havia sido alcançado, houve uma nova mobilização das lideranças estaduais. Com a instauração do regime militar, o Espírito Santo ganhou novas possibilidades de articulação com o governo federal, o qual passou a elaborar planos específicos para cada área, como o Plano Nacional Rodoviário, o Plano Nacional de Telecomunicações, o Plano Nacional de Educação, entre outros. Cabia aos estados, principalmente os periféricos, articularem para que seus projetos fossem incluídos nos planos e, conseqüentemente, serem contemplados com a liberação de verbas.

No segundo ano do governo Dias Lopes, foi realizado o Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo. A Findes conseguiu o patrocínio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. O Simpósio trouxe a Vitória autoridades federais como o Ministro do Transporte, Mário Andreazza, o Ministro do Planejamento, Helio Beltrão, e o Presidente Marechal Arthur Costa e Silva. Ao contrário do governo Lindenberg, quando o Seminário precedeu o diagnóstico, no governo Christiano Dias Lopes, o Simpósio foi realizado com a finalidade de atrair visibilidade para os problemas do Espírito Santo, já que esses problemas haviam sido levantados pelo diagnóstico realizado em 1966. O Simpósio foi uma estratégia de

articulação das elites locais com o sistema político nacional<sup>7</sup>.

A participação da Findes não se restringiu aos estudos técnicos. Dos 28 conselhos existentes na administração pública, a Findes estava representada diretamente em 10 e indiretamente em 7. Tendo representação em mais da metade dos conselhos e ainda através de contato pessoal como o governador (que visitava a casa dos industriais para “esclarecimentos públicos à categoria”), a entidade mantinha uma posição privilegiada com acesso a informações e possibilidade de influenciar as políticas públicas. Sem contar que grande parte dos cargos nos órgãos de governo era ocupada por técnicos que haviam saído da entidade (GURGEL, 1988, p. 49).

A estratégia utilizada por Christiano Dias Lopes de buscar apoio técnico e financeiro na Findes foi imprescindível para viabilizar um projeto de desenvolvimento de industrialização do estado. Por ser um período militar, Dias Lopes não precisava de uma base de legitimidade para se sustentar como governo, tal como Carlos Lindenberg. Por outro lado, a estrutura administrativa e financeira do estado continuava precária. Um projeto político consistente naquele momento necessitava de apoio externo. Desde o primeiro diagnóstico realizado no governo Lindenberg, ficou evidente que esse apoio externo deveria vir do governo federal. Aí sim, o governador escolhido pelos militares precisaria de legitimidade dentro do estado e de um projeto sólido para obter recursos do governo federal. O único grupo social forte e suficiente para apoiar política e financeiramente um projeto para o estado estava representado pela Findes. Dias Lopes percebeu e se utilizou disso. Claro que, ao bancar o projeto de governo, este aproximou-se dos interesses da própria Findes. “Por isso, e por muito tempo, o governador Dias Lopes teve que se defender da insinuação de que era um governador da Findes” (Justo Correia da Silva *apud* GURGEL, 1988, p. 48).

A construção de um plano de desenvolvimento foi o elo central entre os referidos governantes e a Findes, representante oficial dos interesses empresariais no Espírito Santo naquele momento. Mais do que isso, a construção conjunta de um plano de desenvolvimento<sup>8</sup> para o Espírito Santo mostra que a política econômica adotada pelo estado estava de acordo como o desejado pelas elites econômicas aglutinadas em torno da Findes. Não havia divergências, logo não havia motivos para uma posição de lutas de interesses por parte da entidade de interesses privados como, por exemplo, o registrado por Leopoldi (2000), em torno das políticas tarifárias no eixo Rio-São Paulo.

Francisco Aurélio Ribeiro, responsável por registrar oficialmente a história da Findes no livro “Findes 50 anos” sintetiza,

Há de se destacar o bom relacionamento existente entre a Findes e os governadores indicados no período militar: Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970), Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), Elcio Álvares (1975-1978) e Eurico Rezende (1979-1982). Arthur Gerhardt, sucessor de Christiano Filho, era engenheiro e trabalhou na Findes como conselheiro técnico desde a sua criação, em 1958. Elcio Álvares e Eurico Rezende foram advogados da Findes. Christiano Dias Lopes tivera o seu “Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo” pago pela Findes. Assim, desde o governo de Carlos Lindenberg [com a exceção do governo Lacerda de Aguiar], passado pelo de

Christiano Dias Lopes Filho, a Findes passou a integrar os diversos conselhos criados para planejar ou dirigir a política desenvolvimentista do Espírito Santo, como a Suppin, Codes, Codec, entre outros, bem como participou do governo estadual como técnico do seu quadro de profissionais. (RIBEIRO, 2010, p. 59)

Apesar de todos os governos militares terem uma ligação com a Findes, o período mais emblemático de atuação da entidade junto ao poder público ocorre durante o governo Christiano Dias Lopes e, anteriormente, durante o governo Lindenberg. Isso por ser o momento de formulação do plano de desenvolvimento que norteou o desenvolvimento do Espírito Santo. Os interesses empresariais ficaram expressos nesse plano através da atuação da Findes. O que não pode ser entendido como algo unilateral, dado que os governadores não foram exatamente pressionados por esses interesses. Por entenderem que o estado não teria forças suficientes para impulsionar o processo de mudanças, as lideranças políticas buscaram sustentação/legitimidade política e econômica nesse grupo de interesse.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de industrialização tardia do Espírito Santo é um elemento essencial para compreender a formação das entidades de representação empresarial no estado. A formação do empresariado capixaba como ator político relevante no cenário estadual foi um processo forçado por alguns governantes e empresários que almejavam a modernização da economia do estado. A defesa dos interesses empresariais não foi encabeçada por industriais propriamente ditos, mas por comerciantes que se aventuravam no setor da produção. Nesse sentido, entidades sindicais surgiram antes mesmo de seus setores econômicos estarem estruturados. Isso, num período no qual o sistema corporativista já estava implantado no Brasil. Assim, no Espírito Santo, não houve formação de entidades paralelas ao modelo corporativista de representação de interesses.

O processo de organização dos empresários no Espírito Santo está relacionado ainda com o fato de que, no estado, não houve uma tendência espontânea à identificação de interesses convergentes frente um “inimigo” comum (trabalhadores ou Estado), mas um processo “forçado” por algumas poucas lideranças que viam na representação através do sistema corporativista um meio de subsidiar (mais do que pressionar) o governo, com apoio técnico e financeiro, na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento industrial. Esses, entre outros fatores apontados, mostram que o processo histórico de articulação de interesse entre Estado e empresariado no Espírito Santo não segue a mesma lógica do que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois não houve no Espírito Santo a formação de um modelo dual de representação, tampouco a organização dos industriais foi fruto de surtos de industrialização.

Além disso, no Espírito Santo, é possível identificar a ativa participação da Findes, uma entidade do sistema corporativista, com os governos ligados a um grupo político<sup>9</sup>. Essa parceria resultou num projeto que norteou o desenvolvimento do estado nas décadas de 1960 e 1970. Isso significa dizer que os interesses empresariais representados por essa entidade

foram contemplados ao longo dessas décadas e confirmam um amplo domínio do sistema corporativista na estrutura de representação no Espírito Santo. O monopólio das entidades ligadas ao sistema corporativista deixou fortes marcas na estrutura de representação do estado. Nota-se atualmente, mesmo em entidades fora do sistema corporativista, uma tendência do empresariado a buscar acesso privilegiado ao processo decisório via Executivo, característica típica do sistema corporativista.

As mudanças estruturais ocorridas no Brasil ao longo da década de 1980 tiveram implicações também na estrutura de representação de interesses, fortalecendo entidades de representação fora do sistema sindical (DINIZ; BOSCHI, 2000). Nas regiões mais industrializadas, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, as associações foram ativadas e passaram a atuar de forma complementar ao sistema sindical. Já no Espírito Santo, não se criou um modelo de representação alternativo que viesse a cobrir as lacunas deixadas pelas entidades corporativas. Daí criou-se um “déficit de representação empresarial” em relação à participação de entidades de representação empresarial na definição dos rumos políticos e econômicos do estado, se comparada à atuação que a Findes teve na década de 1960 e 1970. Os motivos vão, vale reforçar, desde a crise econômica da década de 1980, que diminuiu o ritmo de investimento dos governos militares, até as transformações políticas decorrentes do próprio processo de redemocratização, o qual foi fechando os canais comumente utilizados pelas entidades de representação corporativista.

Esses canais [predominantes na década de 80] incluíam contatos institucionais estabelecidos através das organizações corporativas de empresários (como as Federações de Indústria e Comércio), e os “anéis burocráticos” (CARDOSO, 1975), alianças que se estabeleciam entre representantes do setor privado e os burocratas responsáveis pelas agências setoriais do Estado, criando vínculos clientelísticos com o objetivo de traduzir os interesses específicos em políticas concretas. Nos meios acadêmicos do país, existe um relativo consenso em torno da ideia de que existe uma tendência do empresariado brasileiro a desfrutar “apoliticamente” do aparato de estado através de contatos pessoais e de anéis burocráticos, em vez de organizar-se politicamente para buscar, pela via partidária e com apoio popular, o controle explícito das políticas de Estado (GROS, 2003, p. 279).

O fechamento dos “anéis burocráticos”, ou seja, dos mecanismos informais que privilegiavam, a determinados grupos econômicos privados, o acesso às decisões e aos recursos estatais, gerou descontentamento no empresariado nacional. A perda de influência, tanto das associações quanto das entidades do sistema sindical, culminou na reestruturação do sistema de representação dos interesses na década de 90, seja com o surgimento de novas entidades, seja com a transformação de entidades tradicionais, como a Fiesp e a CNI.

Em nível nacional, no período pós-redemocratização, a CNI, principal entidade do sistema corporativista, tornou-se o grande empreendedor político do empresariado. Posto alcançado ao buscar adequar suas estratégias ao novo ambiente político institucional e ao conseguir mobilizar o empresariado industrial em torno de uma questão comum, a redução do *Custo Brasil* (MANCUSO, 2007). Já a Findes não acompanhou as mudanças no cenário político



econômico e, sem a reestruturação necessária, não ocupou o papel de empreendedor político do empresariado capixaba. Nem a crise econômica pela qual passou o Brasil com o fim do “milagre econômico” – motivo de mobilização do empresariado nacional (BIANCHI, 2001) – nem o processo de redemocratização provocaram mobilização desse grupo regional.

A mobilização do empresariado no estado só ocorreu, no início dos anos 2000, quando esse atentou para o fato de que o Espírito Santo vivia uma profunda crise político-econômico-institucional. Contudo, a Findes não participou desse processo, pois o empresariado capixaba optou por novos instrumentos para satisfazer suas demandas, criando uma entidade de representação de interesses empresariais fora da estrutura corporativa.

Num cenário de grande instabilidade, uma parcela do empresariado capixaba percebeu a necessidade de se organizar. Num primeiro momento, uma parcela do empresariado capixaba organizou uma chapa para disputar as eleições da Findes. Porém, esses consideraram que houve interferência do governo José Ignácio (marcado por escândalos de corrupção) na definição da diretoria da Findes, o que inviabilizou tal canal de representação para aqueles empresários que desejavam romper com o tipo de governo que se instaurara no Espírito Santo.

Esses empresários buscavam uma autonomia que, naquele contexto, não era vista como possível dentro do sistema corporativista, não só pela rigidez hierárquica decorrente do vínculo legal com o poder público, mas principalmente pela existência de práticas “contaminadas”, as quais permeavam uma ampla gama de instituições públicas e privadas. Assim, a insatisfação de uma parte do empresariado capixaba com o ambiente político-institucional do estado e com a postura da Findes de não se contrapor àquela situação foi uma motivação para a criação de uma nova entidade de representação, denominada Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação.

## NOTAS

- 1 É o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, onde as entidades utilizaram-se desse fator para atrair membros e até mesmo convencer filiados a aderirem ao modelo corporativista. Cf. Leopoldi (2000).
- 2 No Espírito Santo, o processo histórico de formação dos interesses empresariais favoreceu a homogeneidade das entidades. A Fecomércio era composta basicamente pelo mesmo grupo político que passou a concentrar esforços na Findes como indutora de um processo de modernização da economia do estado. Como “única” entidade de representação de interesses industriais no estado e composta por membros com interesses em comum (criar condições para o desenvolvimento industrial no Espírito Santo), a Findes tornou-se praticamente o único grupo organizado de interesse naquele momento no estado e, como tal, único grupo a estabelecer relação com o governo do estado.
- 3 Os efeitos da crise do café e da industrialização são questões amplamente estudadas na história do Espírito Santo. Cf. Zorzal e Silva (1995); Santos (2011); Vasconcellos *et al.* (2010); Rocha e Morandi (1991); Correia da Silva (1993).
- 4 Sobre os impactos da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Cf. Santos (2011).

- 5 Jones dos Santos Neves compartilhava dos ideais getulistas de desenvolvimento industrial induzido pelo Estado, enquanto Lindenberg, mais conservador, partilhava da alternativa preconizada pela burguesia agromercantil. Além disso, sob a perspectiva de Lindenberg, o Estado deveria atuar no sentido de manter suas funções tradicionais e não como indutor das transformações capitalistas via intervenção econômica.
- 6 Sobre o Codec Cf. Correia da Silva (1993).
- 7 Durante o governo Christiano, o Espírito Santo, através do Decreto 880/69, conseguiu incentivos financeiros que viabilizou seu o desenvolvimento (VASCONCELLOS *et al.*, 2010).
- 8 Embora tenham sido realizados um seminário e um diagnóstico em cada um dos dois governos mencionados, pode-se falar de um único plano de desenvolvimento para o Espírito Santo, uma vez que foram realizados pelo mesmo grupo político e econômico, havendo continuidade de ideais.
- 9 Políticos que constituíram o Partido Social Democrata (PSD) e que, com o governo militar, passaram para a Arena.

## REFERÊNCIAS

BIANCHI, Álvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista Sociologia & Política**, Curitiba, n. 16, jun. 2001.

BITTENCOURT, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória, 2006.

CAMPOS Jr., Carlos. **O novo arrabalde**. Vitória, PMV/SMCT, 1996.

CORREA DA SILVA, Justo. **Espírito Santo**: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo 1967/1983. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

DINIZ, Eli. As elites empresariais e a nova república: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_; BOSCHI, Renato Raul. Globalização, herança corporativa e representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**, São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 2000.

GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas**, v. 3, n. 2, jul. a dez. 2003.

GURGEL, Antonio de Pádua. **A Federação das Indústrias e o Desenvolvimento**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda./Findes, 1988.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira**. As associações industriais, a política econômica e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: EDUSP/HUMANITAS/FAPESP, 2007.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **FINDES 50 Anos: A História da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Findes, 2010.

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Ângela M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição Espírito Santo – 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. Américo Buaid: um empreendedor capixaba. Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo - **Grandes Nomes**, Vitória, v. 2, 2011. (mimeo)

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

\_\_\_\_\_; RAINHA, Jamila; GONORING, Patricia. Christiano Dias Lopes Filho. Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo. **Grandes Nomes**, Vitória, v. 1, 2010.

ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA, SPDC, 1995.

**João  
Gualberto  
Moreira  
Vasconcellos**

Professor Titular aposentado da UFES, onde lecionou no curso de graduação e administração e também no mestrado da mesma área. Coordenou linhas de pesquisa denominada Capital Cultural, Desenvolvimento e Poder Local. Diretor da Futura Pesquisa e Consultoria, com atuação nos estados da Bahia e Espírito Santo. Pesquisador Associado do CIAGS/UFBA. Possui doutorado em Sociologia Política na EHESS, Paris, França. Autor, dentre outros livros, de *A Invenção do Coronel*, Edufes, 1995 e co-autor com Roberta da DaMatta de *Fé em Deus e Pé na Tabua*, Rocco, 2010.

**Jamila  
Rainha**

Funcionária pública municipal. Possui mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Co-autora do livro *Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo – Christiano Dias Lopes Filho*, Espírito Santo em Ação, 2010.